

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PRESENTES NOS DISCURSOS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA AMAZÔNIA BRAGANTINA¹

Ketno Lucas SANTIAGO²
Ana Paula Vieira e SOUZA³

Recebido:01/06/2019

Aprovado:26/08/2019

RESUMO

A pesquisa tem como foco os discursos de professores acerca das relações étnico-raciais na Educação Infantil de Escolas Municipais de Bragança-PA, com vista à valorização da criança negra e ao conhecimento acerca da Lei Nº 10.639/03. O objetivo principal é de analisar os discursos de professores sobre a discriminação racial, manifestado entre crianças na sala de aula e de ações realizadas no combate ao racismo para o empoderamento de crianças negras. O tipo de pesquisa é de abordagem qualitativa, com o uso da entrevista semiestruturada com utilização da técnica de análise do discurso. Participaram 07 professores efetivos da rede municipal. Os discursos de professores revelam que raramente trabalham a temática em sala de aula, que têm dificuldades de atuar no momento de racismo entre os alunos. Ainda, mostram não dominar a compreensão de cor/raça, indicam vivências recorrentes de discriminação racial na sala de aula. Em relação a Lei Nº 10.639/03 conhecem a existência, mas não sabem exatamente do que trata, desconhecem o conteúdo da legislação a respeito do Ensino de História, Cultura Afro-brasileira e Africana, não souberam dizer das questões étnico-raciais. Conclui-se que os professores carecem de aperfeiçoamento e formação continuada no campo das relações étnico-raciais, concepção teórica de currículo de Educação Infantil, apropriação do uso das linguagens e experiências no cotidiano da sala de aula, em especial no campo das étnico-raciais.

Palavras-chave: Professores. Relações étnico-raciais. Racismo. Lei Nº 10.639/03.

ETHNIC-RACIAL RELATIONS PRESENT IN THE SPEECHES OF CHILDREN'S EDUCATION TEACHERS IN BRAZILIAN AMAZONIA

ABSTRACT

The research focuses on the discourses of teachers about ethnic-racial relations in the Early Childhood Education of Municipal Schools of Bragança-PA, with a view to valuing the black child and knowledge about Law Nº 10.639 / 03. The main objective is to analyze the teachers' discourses on racial discrimination manifested among children in the classroom and of actions taken to combat racism for the empowerment of black children. The type of research is qualitative approach, with the use of the semi-structured interview using the discourse analysis technique. Seven effective teachers of the municipal network participated. Teachers' discourses reveal that they rarely work in the classroom, which has difficulties to act in the moment of racism among the students. Still, they show not to dominate the understanding of color / race, indicate recurrent experiences of racial discrimination in the classroom. In relation to Law No. 10.639 / 03 they know the existence, but they do not know exactly what it is about, they do not know the content of the legislation regarding History Teaching, Afro-Brazilian and African Culture, they did not know about ethnic-racial issues. It is concluded that teachers lack continuous education and training in the field of ethnic-racial relations, theoretical conception of curriculum in Early Childhood Education, appropriation of the use of languages and experiences in the everyday classroom, especially in the field of ethnic- racial relations.

Keywords: Teachers; Ethnic-racial relations; Racism; Law No. 10,639 / 03.

¹ Esse artigo é fruto da pesquisa desenvolvida para produção da monografia, obrigatória para conclusão do curso de especialização em “Docência no Ensino Superior”.

² Acadêmico do mestrado do Programa de Pós-Graduação e Linguagens e Saberes da Amazônia – PPLSA/Campus Bragança (UFPA). Bolsista CAPES. Especialista na docência do ensino superior, Historiador. Membro do GELCONPE. E-mail: ketnolucas@gmail.com

³ Professora Doutora em Educação (UFPA). Professora do Programa de Mestrado em Linguagem e Saberes da Amazônia, (PPLSA-UFPA Campus Bragança). Coordenadora do GEPTE/Infância. E-mail: paulladesa@ufpa.br. SANTIAGO, Ketno Lucas; SOUZA, Ana Paula Vieira e. Relações étnico-raciais presentes nos discursos dos professores da Educação Infantil na Amazônia bragantina. In: *Revista Falas Breves*, no.7, setembro de 2019, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, Breves-PA. ISSN 2358 1069

INTRODUÇÃO

A Lei Federal Nº 10.639/2003⁴, e depois ampliada pela Lei Nº 11.645/2008⁵, modifica historicamente a educação no Brasil, ao alterar a LDB Nº 9.394/1996⁶, exigindo a inclusão no currículo temas relacionados ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Para Santos et al. (2014, p. 107) a lei é considerada um “avanço do Século XXI” por representar “uma nova história de afirmação de direitos em prol da valorização da cultura afro-brasileira e africana nos currículos oficiais da Educação básica no Brasil”.

No Brasil, a promulgação a Lei 10.639/03, fruto dos movimentos sociais, em especial do “movimento negro”, visando diminuir as desigualdades relacionadas ao “racismo, preconceito e discriminação racial acumulados historicamente” (SANTOS, et al., 2014, p. 110), reproduzido pelo currículo tradicional. Nesse contexto, de luta do Movimento Negro, a Lei Nº 10.639/03, estabelece a obrigatoriedade de os currículos das escolas o ensino afro-brasileiro e africano, considerado um avanço no campo da política curricular, todavia, ainda carece de efetivação nas práticas pedagógicas de professores, com o intuito de concretizar ações de valorização de identidades de crianças afrodescendentes nas escolas.

Considera-se, portanto, que a prática pedagógica de professores no trato das relações étnico-raciais na rede municipal de Bragança requer formação continuada e aperfeiçoamento, principalmente na compreensão das muitas infâncias e da diversidade infantil com vista as singularidades e “especificidades desse grupo geracional” (SOUZA, 2009, p. 32). A infância para Souza (*idem*) é “fruto de construções culturais e históricas imbricadas por conceitos” que “[...] contribui significativamente para revelar crianças como sujeitos sociais, que constroem saberes, competências e comportamentos partilhados com seus pares”. Por isso, a autora defende uma ação pedagógica pela valorização da identidade de crianças negras na Educação Infantil com vista ao combate da discriminação social presente na comunidade escolar.

Assim, a questão problema neste estudo, procura saber, de que forma se caracteriza nos discursos de professores a discriminação racial na Educação Infantil e o conhecimento da Lei Nº

⁴ BRASIL. Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. <https://goo.gl/MaJT9Z>. Acessado no dia 25/05.

⁵ _____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. <https://goo.gl/vLB5LR>. Acessado no dia 25/05.

⁶ _____. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado dia 21/03/2019.

SANTIAGO, Ketno Lucas; SOUZA, Ana Paula Vieira e. Relações étnico-raciais presentes nos discursos dos professores da Educação Infantil na Amazônia bragantina. In: *Revista Falas Breves*, no.7, setembro de 2019, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, Breves-PA. ISSN 2358 1069

10.639\03 com vista a valorização da identidade de crianças negra no âmbito escolar? A fim de alcançar a proposição deste estudo, elegem-se o objetivo geral; analisar os discursos de professores sobre a discriminação racial vivenciadas entre crianças no ambiente escolar; identificar as ações realizadas pelos professores no combate do racismo visando valorizar a criança negra; e verificar o conhecimento dos professores de Educação Infantil sobre a Lei N° 10.639/03.

Assim, o objeto de estudo desta produção textual, metodologicamente assume a pesquisa, no campo da abordagem qualitativa, por se tratar de fenômeno social interligado aos sujeitos que vivenciam a discriminação racial, que segundo Chizzotti (2010, p. 28) objetiva “interpretar o sentido do evento a partir do significado, que as pessoas atribuem ao que falam e dizem”, ou seja, o de extrair da análise interpretativa, os sentidos atribuídos pelos professores a respeito do racismo entre crianças de Educação Infantil e o seu saber sobre a Lei N° 10.639\03.

O critério para a escolha dos professores aconteceu pela seleção da Escola, próxima ao Campus de Universitário de Bragança, por atender o entorno da UFPA, o professor trabalhar mais de cinco anos na Educação Infantil, e ser concursado do Município de Bragança. A pesquisa foi realizada em única Escola de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Bragança, Estado do Pará. Região do Nordeste Paraense, conhecida como a Amazônia Bragantina. A entrevista foi aplicada em três dias da semana devido a disponibilidade dos professores. Identificou-se os participantes da pesquisa pela sigla P, seguida do numeral arábico.

Participaram 07 professoras com idade entre 30 e 54 anos, residentes no município de Bragança. Atuam na Educação Básica mais de 16 anos, sendo destes 05 e meio dedicados à Educação Infantil. Em relação à formação inicial, 05 professoras possuem graduação em Pedagogia, 01 em Filosofia, 01 com duas graduações (Pedagogia e Letras). A respeito da formação continuada, duas delas possuem especialização, (Educação Especial e Antropologia Filosófica e Gestão Escolar), apenas uma professora com titulação de Mestre em Educação. Isto posto, o corpus de análise permitiu que extraísse os significados atribuídos ao racismo e a Lei, o que permitiu a composição dos eixos de análise.

1 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Metodologicamente a pesquisa é de abordagem qualitativa, segundo Chizzotti (2010, p. 28) objetiva “interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e dizem”, ou seja, o de extrair sentidos e significados dos discursos de professores a respeito das relações étnico-raciais.

Os dados coletados por meio de entrevistas, com questões previamente elaboradas e comando explicativo acerca do objetivo deste estudo. A entrevista é semiestruturada e permite uma flexibilidade e uma dinâmica de relação pessoal entre pesquisador e pesquisado, facilita um maior esclarecimento de pontos que se apresentam com menor clareza para o sujeito entrevistado (MOROZ; GIANAFALDONI, 2006). A pesquisa de campo empírico foi realizada em três escolas da rede municipal de Bragança, que atende a Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais.

O município de Bragança, na gestão atual por meio da Secretária Municipal de Educação, adota o currículo com base teórica de Paulo Freire, a partir de temas de geradores, anteriormente, onde a gestão passada trabalhou com a proposta curricular dos complexos temáticos com base em Pistrak (Escola do Trabalho). As mudanças na proposta curricular têm promovido aos professores ações formativas a respeito do currículo e de questões relacionadas às infâncias e étnico raciais.

As três escolas pesquisadas atendem em média 220 alunos matriculados no turno da manhã e tarde. As escolas possuem em média 85 servidores que atuam na educação. O acesso à escola para a realização da pesquisa de campo empírico foi facilitado pela gestão escolar, que nos apresentou aos sete professores, que se dispuseram em colaborar com o estudo. No mês de maio e junho de 2017, realizou-se a coleta dos dados, com a participação de 07 professores da Educação Infantil. O critério para escolha dos professores seguiu algumas orientações, apresentarem tez da pele negra; cabelo afro, ainda que tenham recorridos aos produtos químicos para alisarem, trabalharem no nível da Educação Infantil.

A entrevista com os professores aconteceu no espaço da biblioteca. As entrevistas duraram em média 1h e 20min. Alguns professores tiveram dúvidas em compreender as questões levantadas, assim como procurou-se reformular as perguntas para não induzir os mesmos às respostas prontas. O roteiro da entrevista composto por questões visando traçar o perfil sócio cultural de professores e pontos direcionados para as relações étnico-raciais e práticas de racismo vivenciadas pelos docentes na sala de aula de Educação Infantil. A entrevista foi gravada com uso dos recursos tecnológicos (celular), anotações no diário de bordo, devidamente transcrita.

De posse do material coletado, realizou-se a organização e tabulação das informações, seguindo orientações da técnica da análise do discurso, que facilitou a leitura do *corpus* de análise. A técnica da análise do discurso, segundo Chizzotti (2010, p. 120), “recobre um amplo espectro de teorias e práticas [...] uma diversidade de orientações de pesquisa e disciplinas”. Ainda, assim a base desta pesquisa é a análise do discurso crítica, pois o discurso para Chizzotii (2010, p. 120) não tem sentido único, mas na perspectiva da “linguagem comum pode significar o diálogo entre

falantes”, portanto, a concepção de análise de discurso nesta pesquisa tem o sentido de conjunto de ideias expressos em texto. Assim, “o discurso é a expressão de um sujeito no mundo que explicita sua identidade e expõe a ação primordial pela qual constitui a realidade” (Idem).

A análise do discurso, portanto, como prática social procura revelar os sentidos e significados atribuídos pelos professores, a partir de suas experiências objetivas e subjetivas, com crianças sobre racismo e a Lei Nº 10.639/13.

2 DISCURSOS DE PROFESSORES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A presente seção apresenta os resultados da pesquisa acerca dos discursos de professores sobre as relações étnico-raciais na Educação Infantil. Discriminando o nome fictício do professor, idade, sexo, formação e tempo de trabalho desenvolvido no ambiente escolar.

2.1 QUADRO 1 – Perfil Dos Profissionais Da Educação Do Ensino Infantil

NOME FICTÍCIO	IDADE	SEXO	FORMAÇÃO	TEMPO
A) P1	33	Feminino	Pedagogia	
B) P2	39	Feminino	Pedagogia/UFPA, Esp. em Educação Especial	10 anos
C) P3	35	Feminino	Pedagogia/UFPA	10 anos
D) P4	40	Feminino	Pedagogia	9 anos
E) P5	33	Feminino	Filosofia/Pedagogia. Esp. Antropologia Filosófica e Gestão Escolar. Mestrado em Educação.	10 anos
F) P6	36	Feminino	Pedagogia (PARFOR) Abaetetuba	1 ano
G) P7	54	Feminino	Pedagogia e Letras	9 anos

Fonte: Pesquisa 2017.

Os professores são do sexo feminino, se encontram na faixa etária entre 30 e 54 anos. Ainda, a docência tem relação com o trabalho de mulheres, principalmente na Educação Infantil, pois essa prática é recorrente no Município de Bragança. Em relação à formação dos professores, 05 são graduados em Pedagogia, uma professora com formação em Filosofia, uma com duas graduações (Pedagogia e Letras). 02 Professoras com Especialização, sendo uma especialista em Educação Especial e uma em Antropologia Filosófica e Gestão Escolar. Uma professora com titulação em nível do Mestrado em Educação.

2.2 Discurso de professores sobre a cor da pele

A identidade é uma categoria em debate, em construção, uma construção histórica, em movimento, segundo Hall (2005, p. 38) “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo,

SANTIAGO, Ketno Lucas; SOUZA, Ana Paula Vieira e. Relações étnico-raciais presentes nos discursos dos professores da Educação Infantil na Amazônia bragantina. In: *Revista Falas Breves*, no.7, setembro de 2019, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, Breves-PA. ISSN 2358 1069

através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”.

Para Hall (2005) a categoria etnia, tem um conceito mais amplo que o de raça. “A etnia é um termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais - língua, religião, costumes, tradições, sentimentos de ‘lugar’” (HALL, 2005, p. 62). A raça, portanto, marca a diferenciação social por ser “uma categoria discursiva e não uma categoria biológica”. Para o autor, a raça é categoria organizadora de formas de falar, sistemas de representação e práticas sociais (discursos), pouco específico, de diferenças em termos da cor da pele, textura do cabelo características físicas e corporais etc. (HALL, 2005, p. 62).

Nesse sentido, a categoria raça aparece nos discursos de professores como negação do seu pertencimento racial. Conforme os discursos de professores: P3 – “Minha cor é parda”; P6 “Negra”; P7 “Raça humana e minha cor é amarela”. O sujeito nega a sua etnia exatamente por temor ao racismo e preconceito, segundo (MOURA, 2017, p. 09), “o indivíduo nega seu pertencimento racial e acaba reproduzindo o ideal branco, já que para nossa sociedade tudo o que é negativo está associado à imagem do negro, logo, ninguém quer ser negro”.

2.3 Discursos de professores sobre práticas racistas e ações pedagógicas na sala de aula

A concepção de racismo é uma forma de discriminação muito perversa, segundo Sant'Ana (2005, p. 41), “porque o discriminado não pode mudar as características raciais” da sua própria natureza. Historicamente o racismo tem traços históricos relacionados à escravidão. O racismo é uma construção histórica, fruto de um longo processo de amadurecimento da sociedade capitalista, que objetiva formar e usar mão de obra barata por meio da exploração dos povos colonizados. A exploração da população negra “gerava riqueza e poder, sem nenhum custo-extra para o branco colonizador e opressor” (SANT'ANA, 2005, p. 42).

Para P2 “Não. As Crianças da educação infantil por ainda estarem se formando social, biológico e culturalmente, ainda se aceitam mais naturalmente”. Na fala da P4 “Já. Várias vezes. Pensa que eles gostam de serem chamados ou de se acharem gordos e pretos? Eles não gostam não, desde pequenininho”, conforme apresentado nos questionários.

Conforme descrito nos questionários de respostas dos professores, no item que questiona se os professores desenvolveram alguma atividade ou trabalho sobre relações raciais, para P2 “Não. Abordei diretamente essa temática, falo muito do respeito pelo diferente”. Segundo P6 “Não. Por

que a escola ainda não trabalha com o tema. Pois a escola acaba abordando outros temas que deixa de lado esta temática”, conforme descrito na pesquisa.

Depois de desenvolver a entrevista, verificamos o discurso do educador, questionando de que forma se pode abordar o assunto racismo e relações raciais na sala de aula. Por isso, a necessidade da formação. Neste sentido, é importante frisar a necessidade de “articular educação, cultura e a formação de professores, com um olhar sobre identidade, nesse sentido, devem-se inserir na formação iniciais dos professores”, conforme aponta Moura (2017, p. 05), contribuindo para o desenvolvimento de atividades com esse teor.

A atuação dos profissionais da educação é de extrema importância para se contrapor a reprodução de uma visão conservadora na sala de aula. Para Moura (2017 p.05, p.06), “A escola é um espaço onde esses comportamentos, padrões irão estar presentes. É considerado a discriminação racial como produto de uma herança cultural e a escola como mais um espaço legítimo e responsável”, pela transmissão de toda produção dessa cultura.

Ao serem questionados sobre como o educador da educação infantil pode abordar o assunto racismo e as relações raciais na sala de aula, os professores responderam, para P3 “Com vídeos, músicas e figuras para que eles visualizem essas diferenças, a partir disso trabalha as várias culturas, as miscigenações culturais” e para P1 “Através de histórias e também quando surgir situações em sala de aula”, revelada em nossa pesquisa.

2.4 Formação de Professores e a Lei Nº 10.693/2003

A formação de professores é contemplada pelas legislações brasileiras vigentes, principalmente sobre questões ético-racial, contempladas pela Lei Nº 10.639/03, pois trabalhar a especificidade do tema. O trabalho de formação tem a sua relevância para a mudança de valores de uma sociedade, conforme aponta a autora ao afirmar que “o sistema educacional é permeado por contradições, pois a instituição escolar ao mesmo tempo em que tem o intuito de transformar a realidade com suas ações acaba por reproduzir e legitimar os valores, formas de pensar da sociedade vigente”, conforme aponta (MOURA, 2017, p.13).

Neste sentido ao abordar as questões, relatam que; P2 “Sim. Há um ano participei de uma palestra referente a essa temática.”, ou como a P3 dizendo simplesmente “Não.”. A grande maioria, não participou de nenhum processo de formação, essa ausência de formação contribui para ampliar a distância em relação ao entendimento do professor sobre o assunto e a ação desenvolvida pelo profissional em sala de aula.

Neste sentido, destacamos a necessidade de avançarmos neste campo das relações étnico-raciais, principalmente no que diz respeito à formação do profissional, enquanto um sujeito sócio histórico, que atribui sentido e significado a si e transcendendo para demais referenciais coletivos, simbólicos e materiais (GOMES, SILVA, 2006).

Podemos entender os profissionais da educação como peça fundamental em sala de aula, conforme afirma Moura (2017, p.15), “pois é ele (a) que irá mediar o processo ensino-aprendizagem e tem a responsabilidade de conduzir a turma para quebrar preconceitos, construir identidades”, desenvolvendo durante o ano letivo temas como racismo, raça, apresentando o negro como protagonista e não apenas como escravo.

Ao entrevistar os professores da educação infantil, em relação ao seu conhecimento em relação a lei nº 10.639/03 e como os mesmos entendem a sua contribuição para a educação, perguntamos também se na sua sala tem criança negra. Esses questionamentos possuem extrema importância para nossa pesquisa, pois apontam o nível de conhecimento dos profissionais da educação, em relação a Lei e a contribuição para a educação.

No Brasil, instituídos a partir da Constituição Federal de 1988⁷, em seu artigo 227, que trata sobre as crianças, direitos de cidadania, definindo a sua proteção integral, deve ser garantida pela família, pela sociedade e pelo poder público, com absoluta prioridade. (Art. 227 da CF/1988, p. 172). Logo após foi a constituição do ECA – Lei federal nº 8.069/90⁸, ratificando os dispositivos da constituição, garantindo a criança, ser sujeitos de direitos.

Destaca-se também a criação do FUNDEB - Lei nº 11.494/07,⁹ em substituição ao FUNDEF - EC nº14/96¹⁰ e regulamentada pela Lei nº 9.424/96¹¹, logo após a promulgação da LDB. São importantes leis que contribuem para regulamentação da educação infantil.

⁷ BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. -- Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/p7qj7Q> . Acessado dia 29 de julho de 2017.

⁸ _____. **Lei Nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acessado no 21/08.

⁹ _____. **Lei Nº 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. <http://twixar.me/XSXn>. Acessado no 21/03/2019.

¹⁰ _____. **Emenda Constitucional Nº 14**, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. <http://twixar.me/sSXn>. Acessado dia 23/03/2019.

¹¹ _____. **Lei Nº 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. <http://twixar.me/2SXn>. Acessado dia 21/03/2019.

SANTIAGO, Ketno Lucas; SOUZA, Ana Paula Vieira e. Relações étnico-raciais presentes nos discursos dos professores da Educação Infantil na Amazônia bragantina. In: *Revista Falas Breves*, no.7, setembro de 2019, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, Breves-PA. ISSN 2358 1069

Araujo (2014, p. 258) cita que “Ao mesmo tempo em que indagamos o reconhecimento ou não da infância das crianças negras – mesmo que de forma transversal – nas intencionalidades de políticas internacionais antirracistas”, inclusive, chamando nossa atenção para uma eventual possibilidade de a educação infantil ocupar algum lugar nos documentos mais recentes.

Em relação à história da África e dos africanos, podemos dizer que desde o início do século XXI surge com crescente debate em torno das políticas de igualdade das relações étnico-raciais, conforme cita Santos (2014, p. 107), “Já no ano de 2001, em Durban, na África do Sul, foi realizada a III Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas”, segunda a autora, um marco histórico, pois reconheceu o racismo e suas consequências e orienta para adoção de medidas de combate a questões étnico-raciais.

Para Santos (2014, p. 108), “A implementação da Lei Federal nº 10.639/03, consolidou um marco recente na história da educação brasileira como uma medida afirmativa que altera a LDB nº 9.394/96”, passando a vigorar com o acréscimo dos artigos 26-A, 79-A e 79-B, tornando obrigatória a inclusão no currículo oficial de ensino a temática “História e Cultura Afro-brasileira e Africana”.

Os professores ao serem questionados sobre o conhecimento em relação a Lei nº 10.639/03 e como entende a sua contribuição para a educação e se na sua sala tem crianças negras, foi respondido: P2 “: Sim, contudo é lamentável que precisamos de uma lei que rege que temos que respeitar o outro, afinal todos devemos respeitar uns aos outros independentemente de cor, religião e situação econômica”, para P7 “Não. Tenho conhecimento sobre a lei. Como entende sua contribuição para a educação? Na sua sala de aula tem criança negra?”, foram algumas das respostas apresentadas.

Sendo assim, entendemos que a falta de conhecimento, por parte dos professores, acontece pois a lei não contempla a obrigatoriedade na modalidade da educação infantil, onde os professores que vivenciam esta realidade no seu dia a dia identificam as atitudes discriminatórias, conforme aponta a pesquisa, por isso a necessidade de ter maior domínio sobre o tema e uma formação continuada para garantir uma atualização da temática entre os professores.

CONCLUSÃO

Considerando que o objetivo da pesquisa, em conhecer como é manifestado pelos professores as práticas racistas vivenciadas pelas crianças no ambiente escolar, as ações de combate ao racismo e o conhecimento acerca da Lei 10.639/03. É possível dizer que os discursos de professores apontam as práticas racista vivenciadas e praticadas pelas crianças no âmbito da educação infantil, a saber: São motivadas pelas características físicas, por meio de brincadeiras SANTIAGO, Ketno Lucas; SOUZA, Ana Paula Vieira e. Relações étnico-raciais presentes nos discursos dos professores da Educação Infantil na Amazônia bragantina. In: *Revista Falas Breves*, no.7, setembro de 2019, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, Breves-PA. ISSN 2358 1069

entre crianças no uso de termos pejorativos, do tipo: tição, cabelo de palha, pretinho do manguê, cor feia etc.; as crianças, em alguns momentos, utilizam a agressão física; as crianças escolhem com quem brincar, muitas vezes excluem crianças de etnia.

As práticas pedagógicas de professores para combater esse racismo presenciado ainda são tímidas. Geralmente os professores recorrem ao combate de práticas racistas quando é manifestado pelas crianças; não adotam no currículo temas relacionados às relações étnico-raciais; realizam discussões sobre culturas e diversidade; a categoria identidade não é manifestada nos discursos de professores.

O estudo revela ainda que a atuação dos professores diante de situações de racismo e de discriminação se pautam em ausências de formação e qualificação para atuar de forma mais efetiva e preventiva no combate ao racismo. Os professores indicam limitações para trabalhar os conflitos entre às crianças originadas com as práticas racistas.

Assim, faz-se importante outras pesquisas nas escolas da região bragantina a respeito das práticas racistas nos discursos de crianças na Educação Infantil e Anos Iniciais, uma vez que é papel dos professores trabalhar um currículo que valorize as diferenças, as identidades infantis, assim como a valorização da criança negra, pois o negro historicamente protagoniza a constituição do povo brasileiro. A escola por meio da proposta curricular deve valorizar a Lei 10.639 de 2003, a cultura afro-brasileira, considerando a realidade que a escola vivencia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marlene de. **A Lei nº 10.639/2003: Pesquisas e Debates** / Wilma de Nazaré Baía Coelho...[et al.] (Organizadores). - São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. - (Coleção Formação de Professores & relações étnico-raciais).

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais** / Antônio Chizzotti. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2010.

GOMES, N, L.; Silva, P. B. G. **O desafio da diversidade**. In. Gomes, N. L.; Silva, P.B.G..Experiências étnico-cultural para a formação de professores. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 223-277.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOROZ, Melania. **O processo de pesquisa: iniciação**/Melania Moroz e Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni. – Brasília: Líber Livro Editora, 2ª edição, 2006.

MOURA, Dayse. **Identidade racial na educação infantil: o que pensam as professoras acerca da educação das relações raciais e da construção de uma autoimagem positiva da criança negra?**. Disponível em <https://goo.gl/xL4woj>. Acesso em: 23/07.

SANTIAGO, Ketno Lucas; SOUZA, Ana Paula Vieira e. Relações étnico-raciais presentes nos discursos dos professores da Educação Infantil na Amazônia bragantina. In: *Revista Falas Breves*, no.7, setembro de 2019, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, Breves-PA. ISSN 2358 1069

SANT'ANA, Antonio Olímpio. **Superando o Racismo na escola**. 2º edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. - [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Raquel Amorim dos. **A Lei nº 10.639/2003: Pesquisas e Debates** / Wilma de Nazaré Baía Coelho...[et al.] (Organizadores). - São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. - (Coleção Formação de Professores & relações étnico-raciais).

SILVA, Maria José Lopes da. **Superando o Racismo na escola**. 2º edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. - [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUZA, Ana Paula Vieira e. **As Culturas infantis no espaço e tempo do recreio**: constituindo singularidade sobre a criança; Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

SANTIAGO, Ketno Lucas; SOUZA, Ana Paula Vieira e. Relações étnico-raciais presentes nos discursos dos professores da Educação Infantil na Amazônia bragantina. In: *Revista Falas Breves*, no.7, setembro de 2019, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, Breves-PA. ISSN 2358 1069